

Crescimento ilusório

UBIRATAN JORGE IORIO DE SOUZA

"Tanto no nível de cada nação, quanto no das relações internacionais, o livre mercado parece ser o instrumento mais eficaz para dinamizar os recursos e corresponder eficazmente às necessidades."

João Paulo II, Carta Encíclica Centesimus Annus (1º de maio de 1991)

A economia brasileira vem apresentando sinais de reaquecimento ultimamente, o que tem levado muitos — cansados, como nós, de recessões inúteis — a afirmar que é chegada a hora da retomada do crescimento. Pretendemos mostrar os perigos desse excesso de otimismo, o que pode ser feito a partir de uma análise rudimentar das fontes do crescimento econômico auto-sustentado.



O condicionante básico é a estabilidade da moeda: não se conhece nenhum caso de economia que tenha crescido de forma contínua sob condições de inflação. O crescimento caracteriza-se pela ampliação, ao longo do tempo, da capacidade de geração de oferta, o que significa que sua materialização só é possível com a realização de investimentos em capital físico, humano e tecnológico e, portanto, que ele é um fenômeno de longo prazo. Assim sendo, o crescimento é um processo distinto das recuperações transitórias da atividade econômica, que se processam no curto prazo e que, geralmente, se caracterizam pela utilização de capacidade ociosa, induzida por políticas (fiscal, monetária, salarial e cambial) de estímulos à demanda.

Ao lado desses condicionantes — digamos, econômicos — do crescimento, representados pelo uso eficiente do capital e do trabalho, que leva a sociedade a obter concomitantemente maior produto e melhor distribuição desse produto, há aqueles condicionantes propulsores dos econômicos que designamos como "fatores ambientais". Esses "fatores" se traduzem na valorização do papel essencial da criatividade humana, mediante a consolidação de um ambiente de liberdade econômica, enquadrada em uma base jurídica que a coloque a serviço da proteção da liberdade humana integral de todos os cidadãos. O desabrochar desses estímulos ambientais requer que cada um dos três poderes do Estado seja equilibrado pelos demais, de modo que se mantenham em seu limite justo, isto é, com a prevalência do Estado de Direito, caracterizado pela autoridade das leis (e não pelas "leis das autoridades").

Observando o Brasil atual à luz desses condicionantes, não vemos, infelizmente, motivos para otimismo, embora também rechacemos o pessimismo excessivo, com suas nuances apocalípticas. Apenas acreditamos que um otimista, quando bem-informado, passa a ser um realista, pelo que julgamos útil exortar todos para uma observação fria dos fatos.

Em primeiro lugar, nossa

moeda não é estável. Na verdade, conforme os índices de julho apontam, a inflação já está subindo, uma vez que as políticas fiscal e monetária que vinham e vêm sendo executadas não são compatíveis com a estabilização requerida pelo crescimento. Mesmo se abstrairmos as influências de curto prazo sobre os preços — como os salários, o câmbio, o descongelamento e a devolução dos cruzados —, ainda assim devemos esperar a convergência no médio prazo dos índices de preços para a casa dos 20% ao mês, número condizente com as políticas fiscal e monetária executadas desde março de 1990. Só que o déficit público deverá crescer (para algo em torno de 4% a 6% do PIB e não 2% conforme anúncio oficial) até o fim do ano.

O Banco Central, por sua vez, além das dificuldades em financiar esse novo descontrolado sem "seigniorage" e mesmo com a antecipação da devolução de uma parcela dos cruzados novos, estará às voltas — quando setembro vier — com a ginástica de ter de esterilizar cerca de US\$ 1,6 bilhão por mês, o que pode representar um crescimento da base monetária de aproximadamente 1.500% em um ano. É importante notarmos que, mesmo que todos os cruzados "fiquem" no sistema financeiro, eles certamente não se manterão paralisados: circularão no sistema.

Se somarmos a esses obstáculos, primeiro, que a tendência dos salários é de alta, segundo, que os controles de preços tendem a ser arrefecidos e, terceiro, que a recuperação econômica, mesmo transitória, tenderá, juntamente com a redução do ritmo de crescimento dos países desenvolvidos e com a negociação da dívida externa, a exercer pressão altista sobre a taxa de câmbio real, concluímos que não temos por que acreditar na mágica da estabilização de preços nos próximos meses. Conseqüentemente, não podemos crer em reativação de investimentos (mesmo porque a tendência das taxas de juros, a médio prazo, é ascendente) e, portanto, em "retomada" do crescimento.

Ao analisarmos, adicionalmente, os fatores ambientais, notamos que nem sequer o primeiro passo foi dado, porque ainda estamos muito longe de uma autêntica economia de mercado. Os preços não são livres — são antes tabelados, monitorados, controlados ou vigiados —, a privatização não saiu do papel, os cartórios e o excesso de regulamentação permanecem, o capital externo, sabiamente, prefere aguardar e o capital humano permanece subvalorizado.

Por tudo isso, é ainda prematuro crer em crescimento e temerário defender que seja induzido sob tais condições. Antes, o Estado brasileiro precisaria estabilizar nossa moeda e colocar em prática os conselhos, sempre sábios, de Sua Santidade...

□ Ubiratan Jorge Iorio de Souza, economista, é professor do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec).